

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG13 PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS DE PARTIDOS

Os candidatos do povo: O PCB e a construção da representação do candidato 'popular' (1945 – 1948)

Edilza Sotero¹.

¹Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

Ao longo do presente texto, investigo a forma como o Partido Comunista Brasileiro se estruturou no processo de abertura democrática que sucedeu o fim do Estado Novo no país. Nos anos em que esteve na legalidade política, o PCB tentou se constituir em uma alternativa que pudesse agregar o voto popular, que crescia em número e importância no meio político nacional. A relação do PCB com o povo não era momentânea, desde sua fundação, em 1922, o partido investia, mesmo que nem sempre de forma sistemática, na problematização de temas relacionados à identidade nacional. Além do debate restrito ao interior do PCB, alguns intelectuais engajados na militância comunista desenvolveram trabalhos de reflexão acerca da nação e do povo brasileiro. Todas as formulações que contribuíram para a construção do conceito ‘povo brasileiro’, que operava no PCB, poderiam ser influências relevantes para substanciar o exercício da política partidária que o partido desenvolveu entre os anos de 1945 e 1948. Assim, a possibilidade de participar de disputas eleitorais, com chances efetivas de ocupar espaços no legislativo do Estado, permitiu que vários posicionamentos do partido, que estavam formulados apenas na teoria, passassem a ser pensados e vivenciados na prática.

Um dos grandes desafios do PCB e dos diversos partidos políticos estabelecidos no período que se seguiu ao fim da Ditadura Vargas, no Brasil, foi o de se adequar à nova realidade eleitoral e social, principalmente no que se referia ao crescimento da participação da classe trabalhadora, que antes estava quase excluída do processo político. Segundo Gláucio Soares (1973), apesar de ainda não contarem como maior parte dos votantes, a ampliação do eleitorado naquele contexto só poderia se dar no sentido da classe trabalhadora², já que o eleitorado das classes médias e altas estavam participando praticamente na sua totalidade³. O poder de barganha do eleitorado das classes trabalhadoras foi um ingrediente potente para modificação da estrutura da política e do fazer político brasileiro a partir de meados do século passado.

A crescente participação do trabalhador no processo político, principalmente aqueles residentes em áreas urbanas e com ocupações nos setores da indústria e do

²Utilizarei neste texto os termos 'classe trabalhadora' e 'classe popular' de forma intercambiável, apesar de ter ciência de que estes termos nem sempre são correspondentes.

³Levando-se em consideração que o Código Eleitoral impedia o alistamento de pessoas com menos de 18 anos, analfabetos e sem domicílio, a eleição presidencial de 1945, primeira após o fim do Estado Novo, contou com a participação de seis milhões de eleitores, cerca de vinte e cinco por cento do total de adultos no país. Com base em dados do censo, a estimativa era de que aproximadamente dezoito milhões de adultos estavam empregados em trabalhos manuais nas zonas rurais e urbanas. Para Gláucio Soares (1973), o máximo de participação que a classe trabalhadora teve nesta eleição foi de dois milhões de eleitores

comércio, não havia passado despercebida aos grupos políticos atuantes durante o Estado Novo. O regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas deu atenção especial às questões relacionadas aos trabalhadores, ao introduzir, durante mais de dez anos, um conjunto de normas que regulamentou a relação entre empregados e empregadores, promoveu a estatização da previdência social e deu origem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. As ações tomadas durante o Estado Novo consubstanciaram a introdução na cena política nacional de uma ideologia que goza de longa vida: o Trabalhismo⁴.

Além das repercussões atreladas às mudanças da política de Estado, o aumento do valor atribuído à participação de grupos que estavam largamente de fora da política, proporcionou o surgimento de mudanças no que referia a representação – tanto em termos de presença física, quanto a ser alvo direto do discurso dos políticos. Dessa forma, o processo de redemocratização pode ser caracterizado pelo movimento em direção à incorporação de demandas de grupos politicamente subrepresentados, quer seja por motivos ideológicos ou por finalidade puramente eleitoral.

O Partido Comunista Brasileiro era um dos poucos que funcionava legalmente e organicamente logo após o fim da ditadura varguista. O PCB havia sido fundado em 1922 e somente com o fim do Estado Novo foi dada a primeira oportunidade para o partido ingressar na legalidade política e participar efetivamente de eleições. Naquele momento, o PCB era o único partido de fato nacional no Brasil, com estrutura organizacional baseada nas capitais e principais cidades do país (SOARES, 1973). O PCB vivia uma fase de grande prestígio popular principalmente devido a sua propaganda antifascista, no contexto da Segunda Guerra Mundial, e, no processo de redemocratização, ter apoiado o Movimento Queremista, que tentou manter Getúlio Vargas no poder, mesmo depois do fim do Estado Novo.

⁴O Trabalhismo não deve ser entendido como sinônimo da inclusão do direito dos trabalhadores na política brasileira. As ideias trabalhistas no país não foram criadas durante a ditadura Vargas, apesar de ser o trabalhismo varguista o mais reconhecido na cena pública. A ação política dos próprios trabalhadores foi o principal fator depois da abolição, até as primeiras décadas do século XX, para a efetivação de seus direitos sociais. O trabalhismo naquele momento representava uma bandeira empunhada por trabalhadores e seus representantes na luta pela garantia de seus direitos. A historiografia tem se ocupado, nos últimos anos, em desvendar o mundo do trabalho brasileiro no período pós-abolição, para que se possa construir um panorama amplo das demandas por melhores condições de trabalho, feitas por grupos de trabalhadores, organizados em sociedades, ligas e sindicatos, e sua negociação com os empregadores, e especialmente com o Estado. (REIS, 2000), (MATA, 2007), (FRAGA FILHO, 2006), (ALBUQUERQUE, 2009), (CRUZ, 2000 e 2002). Estudos também mostram que somente a partir de 1918 começam a surgir um conjunto de leis significativas, que podem ser compreendidas como a gênese da legislação trabalhista no Brasil (GOMES, 1994). A partir de 1934, delinea-se um novo momento das classes trabalhadoras em relação ao acesso à cidadania. A intervenção estatal na formulação de leis e no desenvolvimento do sindicalismo corporativista estabelece o padrão de estruturação do trabalho no Brasil, que em boa parte perdura até os dias atuais.

Na primeira eleição aberta ao voto popular, em 1945, além da escolha do presidente foram sufragados os representantes para a Assembleia Constituinte. A eleição dos deputados e senadores que tinham como tarefa elaborar a nova constituição do país foi também um teste que indicaria a dinâmica de forças políticas em âmbito nacional e regional. No computo geral das eleições estaduais, assim como na eleição presidencial, o PSD saiu vitorioso, obtendo mais que o dobro de votos da UDN, segunda mais votada. Os quatro maiores partidos (PSD, UDN, PTB e PCB) somaram cerca 92% de votos para deputados e senadores, ficando os 8% de votos restantes divididos entre mais de 20 partidos⁵.

Apesar de não ter sido o partido mais votado em nível nacional, o PCB recebeu expressiva votação em grandes cidades localizadas em áreas urbanas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Nas primeiras eleições após o fim do Estado Novo, o Partido Comunista se concentrou em candidaturas de representantes para a Assembleia Constituinte, com foco no 'voto popular'.

Participação do PCB nas primeiras eleições após o fim do Estado Novo

Nas primeiras eleições após o fim do Estado Novo, o PCB se concentrou em candidaturas para a Assembleia Constituinte, que seria composta por senadores e deputados, responsáveis pela formulação de uma nova Carta Constitucional para o Estado brasileiro. O direcionamento do PCB foi de dedicação intensa à campanha eleitoral. Este vivia uma fase de prestígio popular devido à sua atuação no contexto da Segunda Guerra Mundial e no processo de redemocratização, quando apoiou o Movimento Queremista, que tentou manter Getúlio Vargas no poder depois do fim do Estado Novo.

Nas eleições de 1945, Luiz Carlos Prestes foi eleito senador, com mais de 500 mil votos, em todo país. Além de Prestes, foram eleitos 14 deputados federais pelo PCB. Braga (1998) chama a atenção para o fato de que entre os eleitos do PCB mais da metade tinha como profissão atividades manuais. O fato recebe maior significância quando apontado que dos dez deputados federais que declaram exercer profissões manuais, oito pertenciam ao partido comunista⁶.

⁵ Os números precisos do percentual de votos recebidos por PSD, UDN, o PTB e PCB para o Senado foram 61,9%, 23,8%, 4,7% e 2,3%, respectivamente; e 52,7%, 26,9%, 7,6% e 4,8% para a Câmara dos Deputados.

⁶ Braga (1998) conceitua profissões manuais como aquelas que são socialmente qualificadas como

Dos parlamentares eleitos naquele pleito a maioria era profissional liberal. Médicos e advogados correspondiam a 15,7% e 55,3% dos deputados e senadores da Constituinte, respectivamente. Dos 187 parlamentares diplomados em Direito apenas um era da bancada do PCB, Jorge Amado, e mesmo assim, não exercia a profissão⁷. Os integrantes da bancada do PCB eram também os com a média de idade mais jovem da Constituinte. Além disso, o partido era aquele com a maior porcentagem de parlamentares sem curso universitário, 62,5%.

Sete dos oito deputados federais do PCB que eram trabalhadores manuais tinham estado em funções do operariado urbano, meio onde o partido gozava de grande influência. A eleição deste contingente foi considerada pelo partido como um feito histórico e o assunto era constantemente abordado pelos órgãos de imprensa do partido. Dentre os eleitos um nome recebia especial atenção, pois sua eleição foi considerada um feito ainda mais relevante. Claudino José da Silva era ferroviário e carpinteiro, apontado como o único deputado federal negro da Assembleia Constituinte⁸.

Jorge Amado (1977) em um texto célebre que escreveu em memória de seu conterrâneo baiano, Carlos Marighella, fez referência a Claudino Silva, chamando a atenção para a sua condição como único negro entre os deputados em 1946:

Juntos [Jorge Amado e Carlos Marighella] escrevemos vários discursos, lidos por outros. Num deles, enorme, passamos em revista todos os problemas do país. Pronunciado com extrema dignidade por Claudino José da Silva, único deputado negro na Assembleia Constituinte de 1946, durou quatro horas. As palavras eram pedras e raios; o tempo passava, o discurso prosseguia, eterno. Mesmo os mais reacionários ouviram em silêncio, não tiveram coragem de abandonar a sala (AMADO, 1977, p.233).

O mesmo evento narrado acima por Jorge Amado foi descrito no jornal o Estado de São Paulo de forma muito diversa. No trecho a seguir fica expresso o incômodo que a presença de Claudino causava no ambiente da Assembleia Constituinte.

Um deputado comunista, o sr. Claudino José da Silva, que leu mal o discurso que, infelizmente, não foi escrito por ele. O orador ocupou a tribuna por um tempo excessivo e lia imperturbavelmente, atrapalhava-se na leitura, cometia

"manuais" e com baixo nível de qualificação educacional formal.

⁷ Todos os partidos, com exceção do PSP, do PTB e do PCB, tinham maioria de parlamentares bacharéis em Direito, os maiores percentuais estavam no PR (66,7%) e na UDN (63%) (BRAGA, 1998).

⁸ Seguem nomes, estado de eleição e profissão dos outros sete deputados federais trabalhadores manuais do PCB: Batista Neto, Distrito Federal, marinheiro; Agostinho de Oliveira, Pernambuco, ferroviário e operário mecânico; Gregório Bezerra, Pernambuco, camponês; Abílio Fernandes (RS; operário metalúrgico); Alcides Sabença (RJ, operário metalúrgico e carpinteiro); José Crispim, São Paulo, pedreiro e alfaiate; Osvaldo Pacheco, São Paulo, estivador (BRAGA, 1998).

silabadas a todo instante. Não perdoou à Assembleia nem uma vírgula, nem uma sílaba. Ao discurso enorme, com exceção do próprio orador, ninguém resistiu, nem mesmo a claqué comunista das lerias, que no fim já dava evidentes sinais de cansaço. [...] O orador comunista, um autêntico popular e crioulo, cumpriu o seu dever partidário até o fim, apesar dos tropeços na leitura, cujo texto era rebarbativo, mesmo para letrados, tal o jargão em que estava escrito (O Estado de São Paulo, 14/02/1946 apud MAGALHÃES, 2012).

É curioso que Carlos Marighella não tenha passado pelos mesmos problemas que Claudino enfrentou, sendo ele um mulato que não escondia sua origem, filho de uma mãe negra e pai branco italiano. Entretanto, diferente do ex-ferroviário, Marighella circulava no meio intelectual e trabalhava como jornalista, mesmo não tendo concluído seu curso de nível superior na Escola Politécnica da Bahia. Claudino e Marighella tinham militância de mais de uma década no Partido Comunista. O engajamento no PCB em tempos de ilegalidade do partido e de governo ditatorial foi causa de perseguições que só tiveram trégua com o fim do Estado Novo. Ainda assim, Marighella que tinha um histórico ligado ao movimento estudantil era bem conhecido, enquanto Claudino era um virtual desconhecido⁹.

Apesar de circular por todo o Brasil em sua atuação no PCB, Marighella chegou à Assembleia Constituinte como deputado eleito pela Bahia, escolhido do Comitê Nacional para ocupar a vaga que o partido conseguiu com o quociente de votos que recebeu no Estado.

A seguir concentrarei atenção na campanha eleitoral de candidatos do PCB para cargos de deputados estaduais na Assembleia Constituinte da Bahia. Este caso é relevante para análise de como o partido atraía e absorvia indivíduos negros e os convertia, independente de qual fosse sua condição, em candidatos com quem a população se identificava.

O PCB na Bahia no Pós Estado Novo

No dia 15 de novembro de 1946 foi lançada, em Salvador, a Chapa Popular do Partido Comunista Brasileiro, com o anúncio dos nomes dos candidatos que iriam concorrer às eleições para a assembleia legislativa estadual, em 19 de janeiro seguinte. A

⁹ Magalhães (2012) tenta demonstrar como Claudino era percebido por seus pares da Assembleia Constituinte: “Poucos ali sabiam que Claudino, deputado do estado do Rio de Janeiro, ganhara a vida como ferroviário e marceneiro, amargara prisão e tortura e alcançara o Comitê Nacional do seu partido. A repórter Yvonne Rego de Miranda, fã do brigadeiro Eduardo Gomes, tinha-o como pintor de paredes” (Magalhães, 2012, p. 127).

lista dos candidatos do PCB era composta por 38 nomes, depois foi acrescida de mais 20, dentre os quais: advogados, médicos, professores, jornalistas, fazendeiros e trabalhadores de vários setores da indústria e comércio. O trecho abaixo demonstra a forma como o partido divulgou a cerimônia de lançamento da chapa:

A apresentação ao povo baiano dos candidatos da Chapa popular, lançada pelo Comitê Estadual do PCB, para as eleições de 19 de janeiro, constituiu uma verdadeira afirmação do apoio que têm os candidatos populares no seio de todas as camadas sociais.

Tomou parte na grande festa do povo, no dia 15 último, uma grande massa calculada em 25 mil pessoas, que aplaudiu entusiasticamente os seus legítimos candidatos, mostrando a sua decisão de esmagar, pacificamente, os reacionários e restos fascistas que ainda tentam sobreviver em nossa terra. (O Momento, 17/11/1946)

O saldo eleitoral positivo era naquele momento um fator muito relevante para a consolidação do PCB na esfera pública. Entretanto, a maior pretensão entre as lideranças do partido era de que este se tornasse um ‘partido de massas’. O sucesso dos comunistas nas urnas deveria ser o resultado de um trabalho de aproximação com a população para que esta se identificasse e se sentisse representada. Para alcançar tal intento os comunistas baianos procuravam intensificar a organização popular e sindical, em especial aquelas circunscritas em Salvador e nos municípios do recôncavo. O fato de o PCB focar suas atenções nas capitais e cidades vizinhas era uma estratégia para atrair os principais afetados pelo descompasso entre crescimento urbano-industrial e melhoria das condições de vida da população. O discurso comunista encontrava eco nas demandas do movimento operário e no caso de Salvador, nos milhares de desempregados ou subempregados migrantes que chegavam à cidade cada vez em maior número.

Naquele momento a resolução do partido não era promover ruptura com outras forças políticas, mesmo as mais conservadoras, ao contrário. O discurso de Luiz Carlos Prestes, maior liderança comunista, era de encontrar a “solução harmônica e pacífica de todas as divergências” para o estabelecimento da “ordem e tranquilidade”, essa posição favorecia ainda a constituição de alianças entre o PCB e outros partidos que também defendessem a democracia¹⁰.

Neste contexto, uma das grandes apostas do partido no processo eleitoral era a indicação de candidatos que representassem tanto o PCB quanto a massa que este deveria atrair. A imagem construída em tono do candidato comunista era de que este teria muitas diferenças em relação aos outros candidatos, por integrar um partido em que o povo era

¹⁰ PRESTES Apud CARONE, 1982: 36.

a maior autoridade, com poder de controlar os mandatos e retirá-los se não ficasse satisfeito (SERRA, 1987).

O maior órgão responsável por difundir as ideias do partido e de seus candidatos na Bahia era o jornal *O Momento*¹¹. O periódico fazia parte, junto com outros meios de comunicação ligados ao PCB, do que ficou conhecido como Imprensa Popular¹². O intenso controle da imprensa de divulgação é uma prática entre os partidos com influência marxista-leninista, que foi posta em prática pelo PCB no Brasil. O Partido Comunista compreendia sua imprensa como um auxílio para que suas organizações de base pudessem unir o momento de luta do operário com a ideologia do proletariado.

Um dos maiores desafios de *O Momento* era colocar em prática as diretrizes do partido, pois como apontou João Falcão, um dos líderes do PCB na Bahia e diretor do jornal, em uma entrevista, a penetração do pensamento comunista era muito maior entre o meio intelectual e o meio estudantil na Bahia do que entre o operariado¹³. *O Momento* procurava cumprir a função de mobilizador das massas voltando-se para as demandas populares e sindicais, apesar do tom conciliatório pelo qual optou o PCB nos primeiros anos após a abertura democrática de 1945¹⁴.

Além do jornal, outra estratégia adotada pelo PCB para aproximação com os operários era a disputa por representação nos sindicatos, atraindo lideranças já existentes ou impulsionando o aparecimento de novos líderes ligados que se vinculassem ao comunismo. Naquele momento, os dois partidos políticos que mais atraíam a atenção das classes trabalhadoras eram o PTB e o PCB. O PTB se beneficiava de ter nascido sob a tutela de Getúlio Vargas, e desfrutava dos lucros de sua política trabalhista. Já o PCB havia ficado um pouco a margem dentro da lógica corporativista em que se baseavam as organizações sindicais do período. Ainda que tivesse dificuldade de inserir seus membros

¹¹ O Momento foi o primeiro jornal ligado ao PCB a entrar em circulação durante a rearticulação que aconteceu com o fim do Estado Novo, na cidade de Salvador, em abril de 1945. Entre os que fizeram parte da história de O Momento estão João Falcão, um dos principais líderes do PCB na Bahia, os irmãos José e Jacob Gorender, o historiador Luís Henrique Dias Tavares, Jorge Amado e outros intelectuais renomados.

¹² Após 1945, quando voltou à legalidade, o PCB passou a atuar intensamente na articulação de um sistema de imprensa do partido, que era composto pelo órgão central, a Voz Operária; por sua própria agência de notícias, a InterPress; alguns periódicos que divulgavam a teoria comunista, como a revista Problemas e o jornal Democracia Popular; e de diversos jornais com sede em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre.

¹³ Entrevista de João Falcão concedida a Sonia Serra, Ubiratan de Araújo, Mirian Freitas e Petilda Vasques, em 1985.

¹⁴ *O Momento*, assim como o PCB no período pós 1945 vivenciou diferentes fases. Na fase inicial, que corresponde ao maior período sob o escrutínio de minha análise, de sua fundação em 1945 a maio de 1947, o jornal representa um espaço de união de intelectuais antifascistas e de esquerda, não necessariamente comunistas. A união desses intelectuais neste período gira em torno da defesa dos trabalhadores e da democracia.

nas principais organizações trabalhistas nacionais, o PCB tinha a vantagem de ter uma estrutura organizacional nacional, o que facilitava o trânsito de suas lideranças sindicais.

Comparativamente as outras áreas produtivas, o operariado baiano envolvido em atividades urbanas não representava a maioria dos trabalhadores. Isso porque, na década de 1940 a estrutura de desenvolvimento econômico no estado ainda era marcadamente agrária, apesar de haver do crescimento modesto de um parque industrial¹⁵. Ainda assim, a relevância política e social do operariado era grande e antiga, como aponta José Fontes:

A dimensão sociopolítica decorrente da presença da classe operária no interior da estrutura sociorregional é fato que pode ser observado desde os fins do século XIX. Ao longo desse período, os trabalhadores baianos foram se afirmando enquanto agentes sociais com interesses específicos, desenvolvendo ações reivindicatórias em torno de questões materiais e salariais; estruturando associações e organismos beneficentes, culturais e sindicatos diversos; elaborando e recepcionando discursos de caráter político-ideológico e participando de agremiações e do processo político-eleitoral. Episódios e experiências como a do Partido Operário (1890), da Federação Socialista baiana (1903), da Greve Geral (1919), do Partido Socialista e da Federação dos Trabalhadores Baianos (1920-1921), entre outros, amalgamaram a memória coletiva do proletariado regional, não silenciando batalhas e combates passados. (FONTES, 1999)

O êxito do PCB em se aproximar do movimento operário e sindical lhe rendeu militantes entre as lideranças dos setores produtivos mais relevantes da economia local: portuários, estivadores, tecelões, ferroviários e transviários, que se tornaram candidatos na Chapa Popular do PCB e aposta do crescimento de votos para o partido, principalmente entre os setores populares.

Os candidatos do povo

Os candidatos do Partido Comunista do Brasil são homens tirados de dentro do próprio povo, de dentro dos próprios trabalhadores, e, por isso, estamos com eles.

(Depoimento de um funcionário da Cia Circular a *O Momento*, 19/11/1946)

¹⁵ Na década de 1940, a população ocupada em trabalhos não agrícolas correspondia a pouco mais de 30% dos empregados, dos quais quase 80% eram autônomos. A parcela da população que experimentava a condição operária era o principal alvo das correntes políticas pelo peso social, eleitoral e político-ideológico que tinham na sociedade baiana. (FONTES, 1999)

Dentre os 38 candidatos apresentados pelo PCB na Praça da Sé, em Salvador, no dia 15 de novembro de 1946, 12 exerciam função laboral compreendida naquilo que denominamos operário. Além disso, cinco desses candidatos tinham cargo no comitê estadual do partido e três deles eram representantes de entidades criadas pelo movimento sindical em funcionamento, mesmo sem reconhecimento do Ministério do Trabalho.

No quadro abaixo estão listados nomes, ocupações e cargos que os candidatos ocupavam dentro do PCB:

Nome do candidato	Ocupação	Cargo no PCB
Antonio Marques	Carregador de trapiches	-
Antonio Rosa	Padeiro e líder sindical	-
Benedito Manoel do Nascimento	Operário da construção civil	membro da diretoria da união sindical
Cosme Ferreira	Operário das Docas	secretário de organização do comitê estadual do PCB
Dermeval Araújo	Operário tecelão da fábrica da Boa Viagem	-
Jaime Maciel	Estivador, representante da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB)	secretário sindical do comitê estadual do PCB
João Cardoso de Souza	Operário marítimo	secretário do comitê municipal de Salvador do PCB
João dos Passos	Operário da Cia. Linha Circular, membro da diretoria da União Sindical	dirigente municipal do PCB
Lourival Nascimento	Operário da Cia. Energia Elétrica	-
Saul Rosas	Líder sindical em Juazeiro e na zona do São Francisco	-
Vitório Pita	Ferrovário das oficinas de Alagoinhas da Leste Brasileiro	-

Minha tarefa a partir deste momento será a de recontar a campanha eleitoral do PCB considerando alguns desses 12 homens, candidatos operários, em sua maioria negros, que se aventuraram a ser representantes políticos. Os candidatos eram apresentados como aqueles “mais capazes e dispostos a solucionar os problemas que enfrentava a população mais pobre de Salvador” (*O Momento*, 15/01/1947). O pertencimento dos candidatos ao povo foi utilizado como trunfo para afirmar que estes seriam uma melhor representação política, e este ponto foi altamente explorado durante a campanha. O assunto também era frequente quando *O Momento* ouvia colegas de trabalho dos candidatos operários. Um deles fala sobre Demerval Araújo e afirma que “é o único que pode defender os nossos direitos na Câmara, pois é um trabalhador, como nós e merece, pelo seu passado, a nossa confiança. Votaremos em massa no seu nome”. Uma tecelã, também companheira de trabalho do candidato, completou: “Todos os nossos graves problemas só poderão ser satisfatoriamente resolvidos na Câmara se lá estiverem

verdadeiros representantes dos trabalhadores, homens que tenham vivido com os operários, sentindo as suas necessidades” (*O Momento*, 2/12/1946)¹⁶.

A pertinência dos candidatos para os cargos que pretendiam ocupar na Assembleia Constituinte estava baseada no fato de estes sentirem ‘na própria carne’ os problemas que atingiam a população baiana. O candidato Jaime Maciel é caracterizado, em uma das várias vezes que aparece em *O Momento*, através dessa alusão às dores na carne, que o ligavam ao povo trabalhador. Maciel no período em que se candidatou tinha 33 anos e era estivador, mas já havia trabalhado como condutor de bondes, soldado do exército e guarda civil. Sua trajetória de vida se confunde com a de muitos moradores de Salvador naquele momento, vindos do interior, de uma existência predominantemente rural, que migraram para a capital e ali se estabeleceram, na maioria das vezes em situações muito precárias¹⁷. Um exemplo de precariedade de vida era a alternativa habitacional dessa massa recém-chegada, a invasão coletiva de terrenos alheios, onde várias famílias construía suas casas.

Foi por meio de invasões que muitos bairros nasceram na cidade, estas se constituíram em um espaço de atuação do PCB na tentativa de se aproximar das lutas populares. Na campanha para as eleições de janeiro de 1947 muitos candidatos do partido procuraram converter o trabalho que desenvolviam nesses espaços em votos. Uma invasão que se tornou a principal bandeira para representar a demanda popular por moradia foi o Corta Braço, localizado na Estrada da Liberdade, onde hoje se encontra o bairro de Pero Vaz. Ali o discurso dos que ansiavam pelos candidatos do povo também estava presente.

Estamos perto do dia do Deve e haver, o dia da prestação de contas: as eleições. Precisamos votar nos que estão junto do povo [...] os operários só creem no que veem. O povo exige a verdade e já está farto de ser enganado. Por isto, devemos votar nos candidatos do povo. Já se foi o tempo das plataformas falsas, o povo está unido para lutar pelo que precisa: carne, pão, leite. Só o Partido Comunista apresentou um verdadeiro programa popular.
(Julio Aminaí, morador da invasão Corta Braço, em *O Momento*, 13/12/1946)

¹⁶ Os depoimentos que aparecem no jornal *O Momento* são indícios importantes para análise, mas também podem conduzir a um olhar enviesado da campanha eleitoral, já que o jornal tinha clara tendência favorável aos candidatos e possuía o poder de edição do material que chegava a redação por meio de seus repórteres.

¹⁷ O crescimento populacional na cidade de Salvador foi muito acentuado nesse período. Os dados dos censos demográficos do IBGE indicam um aumento de cerca de 7 mil habitantes na cidade entre os anos de 1920 a 1940. Já entre 1940 e 1950, o crescimento foi de mais de 100 mil habitantes, passando de 290 mil para 417 mil.

João dos Passos, um dos candidatos operários, era também morador do bairro da Liberdade e líder sindical representante dos funcionários da Cia Circular, empresa de transportes urbanos na cidade. Depois que Passos proferiu uma fala incisiva na qual denunciava as várias irregularidades da empresa no cuidado com a segurança e demais condições de trabalho de seus funcionários, sua candidatura se tornou símbolo da antiga luta do PCB contra o imperialismo. A Cia Circular, que recebeu a alcunha de “manhosa raposa de Wall Street” pelo jornal *O Momento*, resolveu instaurar um inquérito administrativo contra o candidato quando este concorria ao cargo de deputado estadual, chegando a suspendê-lo do trabalho. Sonia Serra (1987), em sua dissertação sobre *O Momento*, chama a atenção para a fragilidade da situação dos operários dentro do PCB, ao apontar que sobre estes era mais severo o peso da repressão e da opressão social, mesmo em períodos de maior calmaria entre opositores e comunistas (p. 26). A campanha de Passos seguiu o tom da necessidade de união dos operários no combate à exploração das grandes empresas, também enfatizava o fato de que a partir daquele momento a luta não deveria mais se limitar ao ambiente de trabalho. Por isso, se apontava que um espaço propício e desejado pelos trabalhadores para a reivindicação por melhorias nas condições de trabalho era justamente a política. Um dos colegas de trabalho de João dos Passos tem convicção de que a solução para o triunfo dos trabalhadores sobre a Cia Circular é a eleição deste ao cargo de deputado estadual:

Conheço João dos Passos, desde quando ele entrou aqui na companhia como praticante. Sempre foi e continua a ser um operário exemplar, cumpridor dos seus deveres, porém intransigente quando na defesa dos interesses do trabalhador. Estou indignado com a atitude da empresa. Porém, a minha resposta será dada no dia 19 de janeiro. Eu votarei em João dos Passos, porque sei que na Câmara ele continuará a luta pelos direitos dos trabalhadores.
(Basílio Bispo dos Santos, trabalhador da Cia Circular, em *O Momento*, 28/11/1946)

Ainda que grande parte dos militantes operários do PCB tenham se agregado ao partido no processo de democratização vivido a partir de 1945, existiam alguns com uma conexão mais antiga com o partido. O candidato Antônio Rosa, líder sindical dos padeiros, tinha ligação com o Partido Comunista desde 1925, período em que, segundo *O Momento*, ainda “despertava a luta organizada do proletariado” em Salvador. Em 1935, Rosa passou a integrar a Aliança Nacional Libertadora e teve o cargo de secretário do núcleo que congregava os trabalhadores de panificação no período. Rosa foi bastante perseguido pela polícia, preso e ficou escondido por vários anos durante o Estado Novo, principalmente por sua atuação na organização de greves por melhoria de salários e

condições de trabalho. Apesar das dificuldades que enfrentou por causa da repressão, o candidato se manteve no PCB, lutou pela legalidade do partido e voltou a ser uma das lideranças de sua organização sindical.

Os militantes operários do PCB foram importantes na reorganização do movimento operário da Bahia pós 1945. Para o partido a articulação entre os diferentes sindicatos era crucial, como forma de aproximação que lhe renderia a liderança das várias categorias. Não era uma tarefa fácil para os comunistas, pois naquele momento os setores trabalhistas encontravam mais facilidades na inserção junto ao operariado, e se beneficiavam com a forma corporativista como se estruturava a representação sindical. Para conseguir ser vistos como alternativa para resolução de problemas dos trabalhadores era importante ter protagonismo. Assim, junto com outras lideranças, organizaram o II Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, realizado em Salvador, no início de 1945, que tinha principal intuito de unificar as pautas de reivindicações dos trabalhadores. As lideranças comunistas lograram mais êxito nas propostas expostas durante o congresso e conseguiram criar o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT). O operário marítimo, João Cardoso de Souza, foi secretário geral e presidente do MUT em 1945, no mesmo período que ingressava no PCB, vindo a ser um dos candidatos operários na campanha para as eleições de janeiro de 1947. Em 1945 surge também a seção baiana da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), nascida em oposição a Confederação Nacional de Trabalhadores do Brasil (CTN), controlada pelo PTB.

Os temas de unidade e autonomia sindical eram recorrentes nas reivindicações durante o Congresso e nas ações do MUT e da CTB. Werneck Vianna (1999) chama a atenção para a relevância que essas questões ganharam, ainda que os comunistas procurassem ter cuidado de não perder o controle da mobilização, visto que estavam preocupados em defender uma saída pacífica para problemas por meio do diálogo entre as partes.

Outro candidato operário, Cosme Ferreira, trabalhador das Docas no porto de Salvador, indica o conflito que a unidade sindical criava com forças denominadas por ele de ‘a reação’¹⁸. Apesar de a unidade ser crucial para alcançar as demandas do operariado, manter a ordem e a tranquilidade também se fazia necessário. Na avaliação de Ferreira sobra então, a alternativa política como via de resolução dos problemas.

¹⁸ O conteúdo dado ao termo ‘a reação’ para denominar o grupo opositor aos interesses dos trabalhadores, variava na medida em que diferentes atores falavam sobre o assunto. Ora estes eram caracterizados como ‘restos fascistas’, ora eram os ‘inimigos da democracia’. A ideia que permanecia era que esta era a força contra a qual os trabalhadores e o povo em geral deveriam se defender.

Eu acho que o movimento sindical, no momento, exige a cooperação de todos, sob uma bandeira de unidade, no sentido de fazer cumprir os pontos básicos das reivindicações de todos os trabalhadores: liberdade e autonomia sindical. Estes direitos soberanos são agora ameaçados pela reação, pois a unidade sindical representa a medula da democracia. É uma prova de desespero da reação, dos inimigos do operariado e da democracia. [...] Mas aos trabalhadores o que interessa é a ordem e a tranquilidade. Não devemos, portanto, aceitar estas provocações e protestar contra estas medidas anticonstitucionais com demonstrações mais altas e vigorosas, defendendo de maneira política os nossos direitos e desmascarando os falsos democratas. (Cosme Ferreira em entrevista a *O Momento*, 22/11/1946)


O Congresso Sindical de 1945 foi um dos espaços onde antigos militantes operários conseguiram atrair lideranças já constituídas ou em ascendência. Foi o que aconteceu com Jaime Maciel, que participou como delegado da Estiva no Congresso e no mesmo ano ingressou no partido Comunista, primeiro na célula formada na própria Estiva, de onde foi promovido para o Comitê Estadual do PCB para depois ocupar o cargo de Secretário Sindical do partido na Bahia. Trajetórias de inserção muito parecidas com a de Jaime Maciel foram vivenciadas por Cosme Ferreira e João dos Passos. Com destaque para Ferreira que tinha tradição familiar na luta operária por ser filho do líder portuário José Marcelino Ferreira Xexéu.

A característica comum aos candidatos operários do PCB para as eleições de janeiro de 1947 era a atuação prévia em suas organizações sindicais antes do ingresso no partido. Entretanto, o fato de serem lideranças reconhecidas na militância em suas áreas de atuação profissional, não era certeza de que seriam vitoriosos nas eleições, mesmo para aqueles que conseguiram dirigir entidades de unificação de várias categorias de trabalhadores e tiveram mais chance de se tornarem conhecidos por um maior número de potenciais eleitores. O fator mais importante para ser levado em consideração na análise é o âmbito de influência desses indivíduos, limitado quase que exclusivamente à cidade de Salvador e a poucas cidades vizinhas, onde existia algum tipo de desenvolvimento industrial. Porém, a eleição a que se candidataram seria em nível estadual, o que exigia um número de votos por candidato eleito superior ao que a maioria poderia conseguir. Em vista disso, o partido optou por centralizar forças nas campanhas daqueles candidatos que foram avaliados com potencial de votos.

Dos seis candidatos que ao longo da campanha foram se tornando o carro-chefe do PCB, dois eram operários: Jaime Maciel e João dos Passos¹⁹.

¹⁹ Outros quatro candidatos que ganharam destaque durante as eleições foram Giocondo Dias, Mario Alves,

Imagens da campanha de Jaime Maciel e João dos Passos



JAIME MACIEL
 (Estivador, líder sindical e dirigente estadual do P. C. B.)
Candidato do povo baiano à Assembléia Estadual
 Vote no Programa e nos candidatos do
Partido Comunista do Brasil

VOTE CONTRA:

- MAGALHÃES & CO.
- A LINHA CIRCULAR
- A CARNE DE DEZ CRUZEIROS
- OS RESTOS DO ESTADO NOVO
- OS POLITIQUEIROS E DEMAGOGOS PROFISSIONAIS

VOTE POR:

- AUMENTO DE SALARIOS E VENCIMENTOS
- DESCANSO SEMANAL REMUNERADO
- TERRAS PARA OS CAMPONESES
- CASAS PARA O POVO
- ESCOLAS E HOSPITAIS PARA A FAMILIA OPERARIA

VOTE CONTRA A CIRCULAR!

Votando nos candidatos que lutarão pela encampação do "polvo americano", por melhores transportes e por energia barata



João dos Passos e Lourival Nascimento
Vote no Partido de Prestes

Campanha de Candidatos em O Momento

Líderes sindicais na Chapa Popular

 Juvenal Raulo Junior	 Cosme Ferreira	 Rubem Chapas	 Benedito Nascimento	 Jurencio Gueias	 Dermival Araújo
 João Cardoso	 Antonio Marques	 Antonio Rosa	 Vitorio Pita	 Florencio Moreira	 Democrito Carvalho

Egl
dire

Candidatos do PCB: Homens do povo que merecem o voto do povo

Os candidatos da Chapa Popular – como o dirigente nacional Giocondo Dias, o líder proletário Jaime Maciel, o dirigente e líder juvenil Mario Alves e os demais nomes indicados pelo PCB – são homens do povo que merecem o voto do povo.
(*O Momento*, 15/01/1947)

Ainda que os candidatos do PCB tivessem origem e destino social muito diversos, na campanha foi construído um discurso unificador em torno da ideia de estes serem ‘homens e mulheres do povo’. O discurso era o de que todos os candidatos indicados pelo partido: operários, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros, professores, fazendeiros, tinham em comum em suas trajetórias o fato de serem democratas e lutadores das causas dos trabalhadores e do povo. Além disso, era enfatizado o compromisso que tinham, única e exclusivamente com o povo e, por isso mesmo, “os únicos com independência para lutar com decisão e coragem contra os inimigos do povo e da pátria, contra os exploradores gananciosos [...] contra todos e tudo que concorra para conservar o país no atraso”. (*O Momento*, 15/01/1947)

Ainda que segundo o discurso do partido todos os candidatos tinham capacidade de representar politicamente o povo de Salvador, escolheu-se focar na campanha de alguns, e isso pode ser notado na leitura do jornal *O Momento* entre os meses de novembro e dezembro de 1946 e janeiro de 1947. Parte dos candidatos escolhidos pelo partido já haviam sido testados nas urnas nas eleições de 1945, mas a maioria deles não havia tido qualquer experiência em uma eleição em grande escala como aquela.

Com a aproximação do pleito, alguns nomes foram ganhando mais destaque, isso é refletido na constância com que aparecem no jornal *O Momento* e na presença diária em comícios em Salvador e no interior do Estado. O PCB fazia inúmeros comícios para promover seus candidatos e reuniam multidões, principalmente quando contavam com a presença de lideranças ilustres como Luiz Carlos Prestes. Além deste também fizeram campanha na Bahia para os candidatos comunistas os deputados federais Carlos

Marighella, Jorge Amado e Claudino da Silva, eleitos pelo PCB em 1945. Segundo as lembranças do historiador baiano Cid Teixeira, um refrão que marcou aquela campanha eleitoral e estava presente em vários comícios era o seguinte²⁰:

O que é que o povo quer?
É Jaime Maciel.
Contra a carestia,
É Giocondo Dias,
Luiz – Carlos – Prestes:
Leite – Carne – Pão!

O entusiasmo com o bom desempenho de Jaime Maciel na campanha fica expresso na matéria de *O Momento* de 16 de janeiro intitulada: “Jaime Maciel terá uma enorme votação”. O texto dá como certa a vitória do candidato nas eleições. Quem afirma a certeza na vitória de Maciel é João da Cruz Freire, secretário político do PCB:

Posso falar com segurança: a Chapa popular será vitoriosa aqui. O candidato Jaime Maciel terá enorme votação entre os moradores de Amaralina, Rio Vermelho, Fazenda Garcia, Campo Santo, Rua da Lama, Teixeira Mendes e todos os bairros compreendidos pelo nosso distrital. O povo desses bairros vive cheio de problemas. Não tem nada, o menor conforto lhe falta [...] nós sabemos quem mora nesses bairros: homens operários submetidos a salários de fome, que não chegam nem para fazer frente ao que não se pode deixar de comprar, como seja: o feijão para comer e a roupa para vestir. Ante uma situação assim, um candidato como Jaime Maciel, legítimo operário, que tem olhos para ver essas coisas, e que tem coragem para lutar, transforma-se como uma esperança do povo. (*O Momento*, 16/01/1947)

Existia também um número grande de militantes envolvidos diretamente nas eleições e o partido criou comissões para apoiar os candidatos em suas campanhas. Os cabos eleitorais do PCB tinham a tarefa de divulgar os candidatos e o Programa Mínimo, uma espécie de programa de governo que os candidatos se comprometeram a cumprir, se eleitos. O mesmo João Freire fala sobre o trabalho dos militantes comunistas, que estavam distribuídos em células por toda a cidade de Salvador.

Nosso partido, que não é nenhum partido eleitoreiro, sempre esteve em contato com o povo, mesmo quando estavam muito longe as eleições. Com a campanha pela vitória da Chapa Popular, entretanto, intensificamos encontros com o povo para lhe mostrar os seus candidatos, dar conhecimento do Programa Mínimo e discutir os problemas de cada bairro. (*O Momento*, 16/01/1947)

A maior concentração da Campanha aconteceu em Salvador, ainda que fossem realizados diversos comícios no interior do Estado. Grande parte dos candidatos vivia na capital e tinha base política e eleitoral em segmentos da população da cidade. O foco do

²⁰ Depoimento de Cid Teixeira a João Falcão, registrado no livro “Giocondo Dias, a vida de um revolucionário”.

PCB era, portanto, conseguir o maior número de votos entre os quase 84 mil eleitores habilitados a votar na cidade. Em todo o Estado o número de eleitores era de 478 mil, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Dentre os candidatos operários, um dos poucos que tinha redes de apoio tanto em Salvador quanto em outras cidades do interior, era Jaime Maciel. O próprio Maciel em depoimento ao jornal se apresenta como o candidato dos trabalhadores de toda a Bahia:

Sou candidato dos trabalhadores de toda Bahia, e principalmente dos estivadores de Salvador, Cachoeira, Ilhéus, Nazaré, Caravelas, Santo Amaro e Valença, porque tenho uma série imensa de problemas em minha própria carne. Quais são estes problemas? São, por exemplo, a necessidade de uma melhoria progressiva dos salários, caminho básico de nossas reivindicações. (*O Momento*, 26/11/1946)

Outro empecilho no caminho do PCB para conseguir a votação que desejavam, além da pouca penetração no interior do Estado, era a atração que o PTB tinha sobre os trabalhadores. Em verdade, a direção estadual do partido comunista pensava que seria melhor não fazer campanha contra o PTB, ao contrário, desejavam uma aliança entre os dois partidos, pois esta atrairia mais votos dos trabalhadores para as duas legendas. Mas a decisão sobre alianças na Bahia coube ao Comitê Nacional do partido, e este decidiu apoiar para o governo da Bahia o então deputado federal Otávio Mangabeira, candidato da coligação UDN-PSD. Mangabeira já era o favorito, mas segundo João Falcão (1993), desejava a aliança com os comunistas porque, como estava em oposição ao PTB, se tivesse ao seu lado o Partido Comunista iria “afastar de sua candidatura qualquer resquício antitrabalhista ou elitista que suscitasse exploração pelo adversário” (p. 143). Em troca do apoio, os comunistas negociaram com a UDN e o PSD a defesa da legalidade do PCB, que sofria ameaças por conta de um processo de cassação. Além disso, Campello Souza (1976) sugere que parte da motivação do PCB em fazer acordos como esse realizado na Bahia se devia a tentativa de maior inserção na organização sindical, que estava sob o poder do PTB.

Após a aliança com Mangabeira, o PCB subiu o tom contra os Petebistas, o que ficou evidente na forma como o jornal *O Momento* passou a se referir ao partido que havia se tornado ‘a oposição’. No dia 10 de janeiro, apenas nove dias antes das eleições, a matéria de capa do jornal ataca fortemente o Partido Trabalhista: “O PTB é um partido de latifundiários e integralistas, inimigo da classe operária”, e prossegue:

Debaixo da sonora demagogia com que o Partido trabalhista procura enganar os operários é preciso descobrir o verdadeiro (rosto) desse ajuntamento de restos do Estado Novo, de latifundiários ricos ligados ao integralismo.

Ainda há, sem dúvida, trabalhadores e homens do povo sérios e patriotas, iludidos pela propaganda de Getúlio Vargas. [...] Há brasileiros que pensam que o PTB é um partido trabalhista, dedicado a solução dos problemas dos trabalhadores. Esses ainda não abriram os olhos para a realidade ou estão dando mais atenção às palavras do “pai dos pobres” do que aos fatos. (*O Momento*, 10/01/1947)

O Momento publicou na capa da edição do jornal de 17 de janeiro, dois dias antes das eleições, uma minibiografia dos quatro candidatos que esperava serem os mais votados do partido no pleito. As trajetórias reveladas, ainda que de forma bem resumida, expressam algumas distinções entre os candidatos.



Giocondo dias era dirigente nacional e secretário político do comitê estadual do PCB. Ex-cabo do exército, comandante do BC de Natal, durante a heroica jornada de 1935. Líder, na Bahia, de grandes lutas pacíficas de todo o povo pela nossa participação militar na guerra contra o Eixo, pela Assembleia Nacional Constituinte. Anistia aos presos políticos.



Mario Alves: Secretário de Educação e Propaganda do comitê estadual do PCB. Foi grande líder estudantil e até hoje seu nome é querido pelos secundários e universitários. Dedicou sua vida a causa do proletariado e do povo, ingressando no PCB ainda na ilegalidade. Foi um dos poucos membros da II Conferência Nacional do Partido, realizada ainda durante o Estado Novo.



Jaime Maciel: dirigente estadual do Partido Comunista do Brasil. É um homem profundamente ligado ao povo trabalhador. Os problemas que afligem as nossas populações ele os sente na própria carne. Foi operário da circular, guarda civil, soldado do exército e, atualmente, é estivador. Grande lutador pela causa dos operários, ele é respeitado e querido em todo o Estado.



João dos Passos, mecânico da Circular, há 21 anos, é um líder dos operários dessa empresa imperialista. Sofre atualmente um processo promovido pela Circular, por ter dito verdades inconvenientes ao "polvo canadense". Mas, os transviários cerram fileiras em torno do seu nome, dispostos a dar a Circular a melhor resposta: a eleição do companheiro de trabalho.

Jaime Maciel: um filho do povo na câmara de deputados

Com os últimos resultados de apuração do pleito de 19 de janeiro último, já está eleito o candidato da Chapa Popular e dirigente comunista, Jaime Maciel. É mais um deputado do povo baiano que se elege, que irá ocupar, juntamente com Giocondo Dias. O primeiro deputado do povo a ser eleito, seu posto de luta pela conquista dos direitos do proletariado, dos interesses das grandes massas, na Assembleia Estadual Constituinte. Será ainda mais um representante do povo, mais um filho do proletariado, que irá continuar na Câmara Estadual a luta intransigente pelos interesses do povo baiano.

(O Momento, 2/2/1947)

Nos primeiros dias de apuração já se desenhava qual seria o resultado das eleições. Quatro dias depois do início da apuração, o PCB já tinha atingido mais de 3.300 votos, com um quociente próximo ao necessário para eleger um deputado estadual. A lista dos quatro mais votados era a seguinte: Giocondo Dias com 543 votos; Jaime Maciel com 467 votos; Mario Alves contava com 180 votos; e João dos Passos vinha a seguir com 168 votos apurados. No final da apuração o PCB conseguiu 12.580 votos, suficientes para eleger dois candidatos, os mais votados foram Giocondo Dias e Jaime Maciel. O resultado foi abaixo das expectativas do partido que esperava a eleição de no mínimo quatro candidatos²¹ (FALCÃO, 1993). Abaixo a lista dos seis candidatos mais votados:

Os cinco candidatos do PCB mais votados	
Candidato	Votos
Giocondo Dias	1.904
Jaime Maciel	1.174
Mário Alves	718
Eusínio Lavigne	621
José Ferreira de Souza Filho	556
João dos Passos	536

²¹ Nas eleições de janeiro de 1947 foram eleitos 60 deputados estaduais na Bahia. A UDN foi o partido que conseguiu maior número de votos, um total de 120.049 e 28 deputados estaduais eleitos. Em seguida vieram PSD, PTB e PR, com 19, 7 e 3 candidatos eleitos, respectivamente.

Como já era esperado, a votação foi maior em Salvador. Do total de votos que Giocondo Dias conseguiu, 1.904, quase três-quartos foram obtidos na cidade, 1.472 no total. O resultado na Bahia não foi similar a outros Estados onde o PCB foi muito mais bem sucedido, com destaque para o Rio de Janeiro, onde conseguiu eleger uma bancada majoritária.

Pouco mais de um mês após a diplomação, em 7 de maio, iniciaram-se os trabalhos na Câmara Estadual, que instalou a Assembleia Constituinte. Neste mesmo dia foi feito um arranjo entre os partidos para a composição da mesa diretora, no qual ficou acertado que esta seria formada por representantes de todos os partidos. Jaime Maciel passou a ocupar o cargo de 4º secretário da mesa e Giocondo Dias foi indicado como membro da Comissão Constitucional pela mesa diretora.

Apesar de a bancada do PCB iniciar os trabalhos na Assembleia e comissões específicas com certa tranquilidade, existia no momento um clima geral anticomunista, inclusive com um pedido de cassação do registro do partido em nível nacional feito pelo PTB. Apenas um mês após a sessão de abertura, no dia 7 de abril, o registro do PCB foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, as sedes do partido foram fechadas e organizações sindicais ligadas aos comunistas foram interditadas, como a CTB e a União Sindical.

Em princípio existia uma resistência entre os políticos baianos contra a cassação dos mandatos dos dois deputados comunistas. Entre os Pecebistas havia confiança de que os mandatos não estariam ameaçados pela aliança que tinham com o governador eleito, João Mangabeira, da UDN. Mas, ao contrário do que previam, os mandatos foram cassados e extintos em 7 de janeiro de 1948.

No período em que esteve como deputado estadual, Maciel integrou a equipe que elaborou o Regimento Interno, e as comissões de Administração Municipal, Finanças, Orçamento e Contas e Viação e Obras Públicas. Além disso, também foi responsável, junto com Dias, pelo encaminhamento de 16 projetos de lei²².

Antes de a cassação ser efetivada, no entanto, Jaime Maciel se candidatou ao cargo de vereador em Salvador, nas eleições de dezembro de 1947, da qual saiu vitorioso. Os comunistas tentaram criar o Partido Popular Progressista para concorrer a essas eleições, porém tiveram o pedido de registro negado e assim lançaram seus candidatos pela sigla do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Maciel foi o segundo candidato mais votado

²² Um balanço das ações da bancada comunistas era publicado periodicamente pelo jornal O Momento.

nessas eleições, mas não assumiu a vaga por ter sido expulso do PCB. No ano seguinte, conseguiu se eleger vereador pelo PTN, já sem qualquer ligação com o PCB, e cumpriu o mandato entre os anos de 1949 a 1951.

O PCB e a questão racial nas entrelinhas

Um dos capítulos mais marcantes durante o processo de exclusão dos mandatos dos parlamentares do PCB foi a atuação da comissão de luta contra a cassação que recebeu a missão de incitar uma agitação popular que servisse de frente de resistência contra a perda dos mandatos dos comunistas.

Os apelos ao povo feitos pela comissão eram publicados na Bahia pelo jornal *O Momento*, ora tratando de todos os políticos em risco de perder o mandato, ora fazendo menção especial a um nome específico, como o de Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella, Jorge Amado, e os deputados estaduais Giocondo Dias e Jaime Maciel.

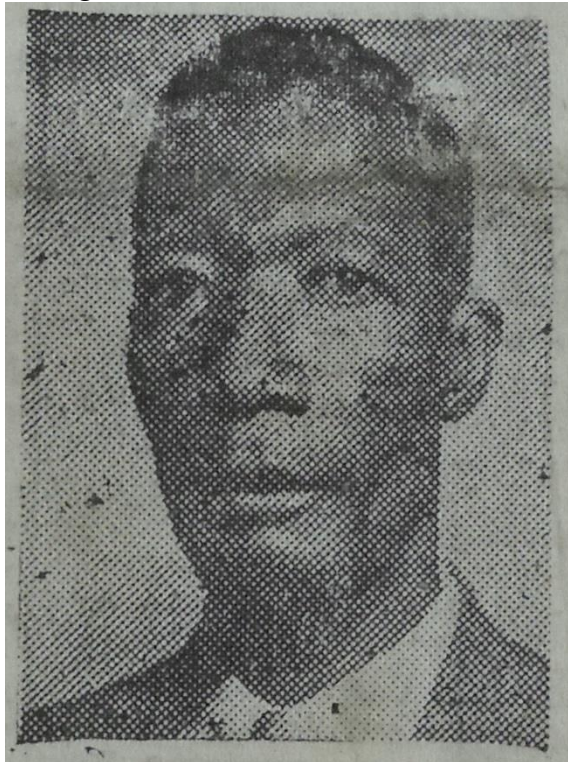
A conclamação ao povo baiano era feita em defesa da democracia e da vontade daqueles que tinham votado para eleger os seus candidatos. No caso de Maciel indicavam que era “o único operário com assento na Assembleia baiana, saído da parte mais pobre da população, que causava raiva na elite por discutir, votar e exigir respeito aos direitos populares” (*O Momento*, 22/1/1947).

O conflito que os comunistas baianos procuram demarcar é um conflito de classes, caracterizado pelo desejo da classe dominante de perpetuar a exploração da população mais pobre. Não foram feitos na esfera local outros tipos de contestação além dessa baseada na questão de classe, que pudessem sensibilizar o povo contra as cassações dos mandatos. Já em nível nacional, foram abertos vários flancos de defesa, um dos mais apelativos foi aquele montado em torno do deputado federal Claudino da Silva, “o único parlamentar negro”. Claudino era líder operário e representante eleito pelo povo do Rio de Janeiro. Porém, em algumas publicações de *O Momento*, foi feito um apelo direto aos negros baianos para que se organizassem em defesa daquele que era um parlamentar comprometido com as “reivindicações da raça negra”. Segue a íntegra da publicação.

A comissão central de Luta contra a cassação dos Mandatos lança aos negros da Bahia o seguinte apelo:

Negros da Bahia:

Claudino José da Silva é o único representante negro na Câmara Federal. Isto incomoda, sem dúvida alguma, a reação e os falsos democratas, os lacaios do imperialismo, que procuram criar em nossa pátria o preconceito de cor. Daí a indecorosa tentativa de cassar o mandato do deputado negro, filho da classe operária, velho lutador antifascista, dirigente do heroico Partido do Proletariado, o PCB.



Mas é preciso barrar a reação, é tarefa urgente resistir à ditadura. Como? Como defender palmo a palmo o mandato do vosso irmão negro? Unindo-vos, organizando-vos, protestando energicamente, sem descanso, até conseguirmos afastar do poder o grupo dos inimigos do povo, até conseguirmos o respeito à vossa vontade.

Deveis, para tanto, utilizar todas as forças legais de luta contra esta tentativa monstruosa. Organizai imediatamente, sem perda de tempo, comissões nos bairros, nas empresas de protesto contra a cassação do mandato do vosso irmão, do único deputado negro, o carpinteiro Claudino José da Silva, que tem dedicado sua vida toda às reivindicações da raça negra e dos trabalhadores em geral. Comícios, passeatas, cartas, telegramas, abaixo-assinados aos milhares, tudo deveis fazer exigindo que se respeite a vossa vontade, a vontade dos negros! Só assim a reação será derrotada. E a derrota da reação significa a vitória da classe operária, melhores dias para as nossas espoliadas e sofredoras. Significa a democracia, a unidade e o progresso para o Brasil.

Negros da Bahia! Está em vossas mãos a defesa do mandato que o povo confiou a Claudino José da Silva, o vosso irmão negro. Vamos corresponder ao apelo de Prestes: tudo pelo respeito a Constituição, tudo pela defesa do mandato dos parlamentares comunistas.

Salvador, 30 de novembro de 1947.

A comissão central da luta contra a cassação dos mandatos

Até o momento não há registros de apelos similares para salvar o mandato de outros parlamentares negros do PCB. Jaime Maciel, por exemplo, também era negro, talvez não fosse o único deputado negro na Câmara Estadual baiana, sua cor, assim como outros componentes de sua situação social, estava inscrita em sua ‘carne’. Essa alusão à carne foi por muitas vezes feita para tratar dele e de outros operários que concorriam com ele nas eleições pelo PCB e encerrava nela muitos significados subjacentes. Entretanto, a questão não foi tratada em nenhum momento de forma direta, a negritude de Maciel ou dos outros candidatos operários não se tornou um fato usado na campanha ou em qualquer outro momento pelos comunistas da Bahia.

Pode se pensar que a questão ficou implícita, mas por outro lado, estava ‘na cara’ que, na Bahia ‘a massa é negra, o povo é negro’. O chamamento ao povo baiano para defesa do mandato de Claudino da Silva mostra que os comunistas estavam cientes desse fato, e que se utilizavam dele no caso em que avaliaram necessário.

Por outro lado, este apelo pode não ser representativo de uma estratégia do PCB como um todo, mas daqueles membros do partido envolvidos na central contra a cassação de mandatos. Dados mais precisos sobre a formação desta comissão ainda permanecem misteriosos.

Do que foi visto, tanto a experiência de cassação de registro do PCB e dos mandatos de seus parlamentares, quanto a experiência de legalidade, que permitiu a sua participação em campanhas eleitorais para cargos no legislativo e no executivo do Estado entre os anos de 1945 e 1947, são ilustrativos da forma como as formulações teóricas sobre nação e povo foram utilizadas na prática da política partidária.

O acúmulo da discussão racial e suas consequências para a formação da nacionalidade brasileira foi realizado por mais de 20 anos pelo PCB, mesmo que de forma não sistemática e pouco integrada às demais bandeiras de luta do movimento comunista no país. Associadas aos documentos produzidos em fóruns de deliberação do partido, estavam as formulações de intelectuais relacionados ao partido em diversas áreas do conhecimento. Apesar disso, não parece ter havido um direcionamento para a integração do discurso a respeito do negro brasileiro com aquele feito com base no trabalhador ou no povo em geral. Somente no momento que o partido dava mostras de estar utilizando todas as estratégias possíveis para

evitar a perda do mandato de seus parlamentares eleitos o tema ganhou evidência, ainda que concentrado em um caso específico.

De outro modo, a questão racial navegou no seio do Partido Comunista, no tocante a sua política partidária de recrutamento de candidatos e sensibilização dos eleitores, sempre nas entrelinhas do significado atribuído pelo partido à ideia de povo brasileiro, que seria negro (ou pelo menos não branco) e trabalhador.

Referências:

ABREU, Martha; DANTAS Carolina. *É chegada “a ocasião da negrada bumar”*. *Comemorações da abolição, música e política na Primeira República*. Manuscrito, 2011.

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos Os Santos: Guia de Ruas e Mistérios*. Rio de Janeiro. Editora Record, 1977.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos Os Santos: Guia de Ruas e Mistérios*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Murad MX, 2007.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BURNS, E. Bradford. *A History of Brazil*. New York: Columbia University Press, 1993.

CAMPELLO SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1946)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CARONE, Edgar. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. "Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930", in *Afro-Ásia*, (24), 2000, pp. 243-90.

———. "Solidariedade x Rivalidade: a Formação do Sindicalismo Estivador Brasileiro", in *História Unisinos*, v. 6, n. 6, julho-dezembro/2002.

DAMASCENO, Maria Caetana. "Em casa de enforcado não se fala em corda": notas sobre a construção da "boa aparência" no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn Walker (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 165-199.

FALCÃO, João. *Giocondo Dias: a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993

FONTES, José Raimundo. Marighella e o movimento operário baiano (1945-1947). In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella. O homem por trás do mito*. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.

GOMES, Angela Maria de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1987.

———. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989

GOMES, Angela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

———. *A invenção do trabalhismo*, RJ, Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

———. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

———. *Classes, raças e cidadania*. Manuscrito, 2011.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Iuperj/Revan, 1999.

LEVINE, Roberto M. *O regime de Vargas (1934-1938)*; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

MATA, Iacy Maia. "Libertos de Treze de Maio" e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. *Afro-Ásia*. n. 35, pp. 163-197, 2007.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Ática, 1988.

REIS, João José. *De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição*. Afro-Ásia. Salvador. n. 24, pp. 199-242, 2000.

SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VINHAS, Moisés. *O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SOARES, Gláucio A. D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1974.